



COMUNICADO | Nº 12/2015 | **A TODOS OS TRABALHADORES** | 08/07/2015

Reunião com a Sra. Diretora Geral da AT

ACEP – Acordo Coletivo de Entidade Publica

No dia 29 de Junho de 2015 o STI esteve reunido com a Administração para debater, uma vez mais, a realização de um ACEP na AT.

Quando analisamos as condições de trabalho em Portugal, na Administração Publica, verificamos que os nossos colegas dos Tribunais acabam o seu dia de trabalho pelas 17 horas, os Funcionários Públicos na dependência direta dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira têm as 35 horas, nas Autarquias há colegas que às 15h30m terminam a jornada de trabalho, entre várias outras exceções à absurda e contraproducente Lei das 40 horas semanais. Mesmo no sector Privado muitas são as empresas onde os horários são de 35 horas e noutras, a flexibilidade dos mesmos permite uma vida pessoal e familiar melhor do que temos na AT. Acresce a tudo isto que a nossa profissão é claramente de desgaste rápido, muitíssimo exigente e de complexidade elevada.

O encerramento dos balcões para hora de almoço é um constrangimento nos serviços, que afeta quer o público quer os colegas do atendimento, que muitas vezes gastam boa parte dessa pausa a “esvaziar” o balcão. A nossa proposta de aplicação da jornada contínua de forma abrangente reduzia o horário de trabalho, motivava os colegas e permitia que os contribuintes fossem atendidos durante a hora de almoço.

Ora bem, nós não encontramos qualquer razão de facto que justifique o atual horário numa profissão, como referido anteriormente, de desgaste rápido, como a nossa.

No dia 30 de Junho de 2015, a Direcção Nacional reuniu com os Presidentes das Distritais e Regionais, e a larga maioria pronunciou-se contra a assinatura do ACEP.

Deste modo, decidimos enviar esta nota informativa a todos os associados, explicando que não vamos assinar o ACEP, basicamente porque a principal razão da sua negociação, ou seja, a criação de um horário de trabalho na AT compatível com o grau de exigência intelectual que temos de manter nos nossos postos de trabalho, não se encontra assegurada no texto final do documento.

Não baixamos os braços e não desistimos de lutar pela dignificação da nossa profissão. Esperemos que o bom senso impere e que o Governo compreenda que estamos a ser alvos de muitas injustiças ao mesmo tempo, e não podemos calar a nossa revolta.

“Se fores capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.”

STI, tão forte quanto quiseses!

Saudações Sindicais

A Direção Nacional